



# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 17 de abril de 2026.

Edição 4631 | Páginas: 16

9ª LEGISLATURA | 4ª SESSÃO LEGISLATIVA | 70º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

**SOLDADO SAMPAIO**  
PRESIDENTE

**JORGE EVERTON**  
1º VICE-PRESIDENTE

**CHICO MOZART**  
2º VICE-PRESIDENTE

**EDER LOURINHO**  
3º VICE-PRESIDENTE

**RENATO SILVA**  
1º SECRETÁRIO

**AURELINA MEDEIROS**  
2ª SECRETÁRIA

**RÁRISON BARBOSA**  
3º SECRETÁRIO

**MARCINHO BELOTA**  
4º SECRETÁRIO

**ISAMAR JÚNIOR**  
OUVIDOR-GERAL

**Dr. CLÁUDIO CIRURGIÃO**  
CORREGEDOR GERAL

**JOILMA TEODORA**  
SECRETÁRIA ESPECIAL DA MULHER

### Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Isamar Júnior;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

#### Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Soldado Sampaio – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Claudio Cirurgião.

#### Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

#### Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águia Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputado Dr. Meton.

#### Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputada Tayla Peres.

#### Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Marcinho Belota.

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Renato Silva;
- g) Deputado Marcos Jorge.

#### Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Soldado Sampaio – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputado Armando Neto.

#### Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputada Catarina Guerra.

#### Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

#### Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Eder Lourinho.

#### Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Odilon.

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputada Joilma Teodora – Vice-Presidente;
- c) Deputado Rárison Barbosa;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Armando Neto.

#### Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águia Portella;
- e) Deputada Catarina Guerra.

#### Comissão de Defesa das Prerrogativas Parlamentares:

- a) Deputado Jorge Everton;
- b) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Marcos Jorge;
- f) Deputado Neto Loureiro – 1º Suplente;
- g) Deputado Rárison Barbosa – 2º Suplente;
- h) Deputado Dr. Meton – 3º Suplente;
- i) Deputada Tayla Peres – 4º Suplente;
- j) Deputada Angela Águia Portella – 5ª Suplente.

#### Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Odilon.

#### Comissão de Relações Internacionais, de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Idázio da Perfil.

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Renato Silva;
- d) Deputado Rárison Barbosa;
- e) Deputada Angela Águia Portella.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águia Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águia Portella – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Meton;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Lucas Souza.

#### Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputado Eder Lourinho – 1º Suplente;
- g) Deputado Gabriel Picanço – 2º Suplente.

#### Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águia Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

## SUMÁRIO

**Superintendência Legislativa**

- Ata da 5ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura	02
- Ata da 6ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura	03
- Ata da 7ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura	04
- Ata da 8ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura	10
- CPI - Ato da Presidência nº 003/2025 - Edital de Convocação nº 001/2026	15
<b>Superintendência de Gestão de Pessoas</b>	
- Resoluções nº 6048 a 6051/2026	15
<b>Superintendência de Compras</b>	
- Errata do Extrato do Termo de Prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 06/2025	16

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

**Gerência de Documentação Administrativa**

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

**Núcleo de Produção do Diário Oficial**

## MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Administrativa, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

## ATAS

**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 17 DE MARÇO DE 2026, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGE EVERTON.**

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinta Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Bom dia a todos. Convido o senhor deputado Neto Loureiro para atuar como primeiro-secretário *ad hoc*.

Solicito ao senhor primeiro-secretário à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** — Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Rarison Barbosa** — (Lida a Ata da Sessão anterior e o Termo de Não-Realização de Sessão).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura da Ata da Sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** — Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA**: Projeto de Lei Complementar n. 2/2026, que “Revoga o inciso XIII ao art. 83 da Lei Complementar n. 221, de 2014 e a Lei Complementar n. 331, de 6 de abril de 2023”. **RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA**: Projeto de Lei n. 39/2026, que “dispõe sobre a Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Ativos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”; Ofício n. 8/2026, de autoria do Conselheiro Célio Wanderley, encaminhando Relatório de Levantamento n. 2/2026, referente ao Processo SEI n. 0871/2025, que trata do Resultado da Avaliação do Programa Nacional da Transparência Pública – Ciclo 2025”; Ofício n. 100/2026, de autoria do conselheiro-presidente Brito Bezerra, que trata do Programa Nacional da Transparência Pública – Ciclo 2026”. **RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**: Projeto de Lei n. 40/2026, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do Ministério Público do Estado de Roraima”. **RECEBIDO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE RORAIMA**: Projeto de Lei n. 41/2026, que “dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Proventos dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de Roraima e dá outras providências”. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Lei n. 37/2026, de autoria do Deputado Idazio da Perfil, que “dispõe sobre medidas para garantir o acesso seguro, a posse e o porte de spray de extratos vegetais como instrumento de legítima defesa para mulheres, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 38/2026, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “dispõe sobre o direito de pessoas com diabetes mellitus, que faça uso regular de insulina, portar alimentos e materiais necessários para o controle da glicemia”; Projeto de Lei n. 42/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, que “estabelece diretrizes gerais para a captação de recursos privados destinados ao financiamento da infraestrutura pública e à manutenção de equipamentos públicos no estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Resolução Legislativa n. 1/2026, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Regimento Interno da Casa Militar da Assembleia Legislativa de Roraima, e dá outras providências”; Indicações n. 62 a 65/2026, de autoria do deputado Renato Silva; Indicação n. 66/2026, de autoria do deputado Odilon; Indicação n. 67/2026, de autoria da deputada Joilma Teodora; Indicação n. 68/2026, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicações n. 69 e 74/2026, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicação n. 70/2026, de autoria do deputado Chico Mozart; Indicação n. 71/2026, de autoria do deputado Marcos Jorge; Indicação n. 72/2026, de autoria do deputado Rarison Barbosa; Indicação n. 73/2026, de autoria do deputado Dr. Meton; Moção n. 4/2026, de autoria do deputado Eder Lourinho, “em Apoio à campanha Março Lilás, mês de conscientização, focado na prevenção e combate ao câncer do colo do

útero”; Moção n. 5/2026, de autoria do deputado Marcelo Cabral, “de Pesar pelo falecimento do meu amigo o Sr. Francisco Nonato da Silva, mais conhecido como Cachimbo da Pintura, ocorrido no dia 16 de março de 2026, nesta capital”; Requerimento n. 15/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, solicitando retirada do Projeto de Lei Complementar n. 1/2026; Requerimento n. 16/2026, de autoria do deputado Gabriel Picanço, solicitando disponibilização do Plenário Valério Caldas Magalhães no dia 25 de março de 2026, para realização da 43ª Plenária do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região – CRT-01; Memorando n. 37/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência nas sessões dos dias 10 e 11 de março do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício n. 167/2026, de autoria da Polícia Civil de Roraima, em resposta ao Pedido de Informação n. 29/2025, do deputado Soldado Sampaio.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura do expediente, passamos para o Grande Expediente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para fazer uso do Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** — Não há oradores inscritos, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Partimos para a Ordem do Dia. Vamos iniciar as votações dos projetos. O deputado Odilon pediu inversão de pauta aqui na Mesa, confirme, por favor, deputado Odilon.

O Senhor Deputado **Odilon** — Sim, presidente. Quero solicitar a inversão de pauta da matéria n. 4, que é um veto ao Projeto de Lei n. 72/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge e minha.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Pergunto se algum deputado se opõe? Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental n. 05/2026, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 072/2025, de autoria dos deputados Marcos Jorge e Odilon.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** — (Feita a leitura da ementa, parecer e voto ao Veto Total ao Projeto de Lei n. 072/2025).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Odilon** — Orientação de voto, senhor presidente. Orientamos pela derrubada do veto. É um projeto de autoria do deputado Marcos Jorge que beneficia todos os empresários que trabalham com câmaras de bronzeamento que, constantemente, têm problemas com a fiscalização. E com essa lei aprovada eles terão mais garantia para trabalharem de forma oficial.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — O deputado Odilon manifestou-se pela derrubada do veto, voto não.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “não”, nenhum voto “sim” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental n. 05/2026, de Veto Total ao Projeto de Lei n. 072/2025, de autoria dos deputados Marcos Jorge e Odilon.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da ementa, parecer e o voto à Mensagem Governamental de Veto n. 002/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 001/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** — (Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental de Veto n. 002/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 01/2023).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, coloco a matéria em discussão. Para discutir, o deputado Armando Neto.

O Senhor deputado **Armando Neto** — Senhor presidente, este projeto de lei é de minha autoria e eu gostaria de solicitar o apoio dos nobres colegas para a derrubada do veto, tendo em vista que ele não invade competência municipal e estabelece diretrizes para a forma e o modelo de crescimento urbanístico das cidades. Trata-se de matéria de interesse público e coletivo e não compreendi por que o governo não o recebeu com bons olhos, mas é de grande relevância para o estado e para o crescimento urbano ordenado de nossas cidades.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Parabênico o deputado Armando Neto pela iniciativa, mas creio que não poderemos votar.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Loureiro** — Não há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Então, volto a solicitar aos colegas deputados que se encontram nas dependências da Assembleia que retornem ao Plenário, a fim de darmos continuidade, do contrário,

teremos que encerrar a sessão por falta de quórum para deliberação.

Não havendo quórum regimental para deliberação das demais matérias, passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que queira utilizar o expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, às dez horas e cinquenta e dois minutos, dou por encerrada a Sessão, e convoco outra para o dia 18 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, as senhoras e os senhores deputados: **Angela Águida Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Joilma Teodora, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcinho Belota, Neto Loureiro, Odilon, Rarison Barbosa e Tayla Peres.**

#### ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 24 DE MARÇO DE 2026, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e seis, no plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexta Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Bom dia a todos. Solicito ao senhor primeiro-secretário a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** — Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Odilon Filho** — (Lida a Ata e o Termo de Não-Realização de Sessão).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da Ata da Sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** — Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 19/2026, encaminhando o Projeto de Lei n. 47/2026, que “altera a Lei n. 1.666, de 8 de abril de 2022, que dispõe sobre a extinção da Companhia Energética de Roraima – Cerr”; Mensagem Governamental n. 20/2026, encaminhando o Projeto de Lei n. 48/2026, que “dispõe sobre a Revisão Geral Anual, no exercício de 2026, e fixa a data-base para a revisão das remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Roraima, e dá outras providências”. **RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Ofício n. 173/2026, de autoria do conselheiro-presidente Brito Bezerra, encaminhando o Relatório Anual de Atividades de 2025; Ofício n. 302/2026, de autoria da conselheira Cilene Salomão, sobre a assinatura do Pacto Roraimense para Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes no âmbito do estado de Roraima. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 43/2026, de autoria do deputado Chico Mozart, que “institui a Política Estadual de Valorização, Reconhecimento e Apoio aos Cuidadores de Pessoas Acamadas ou Dependentes, com foco na promoção do cuidado domiciliar e na proteção social, no estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 44/2026, de autoria da deputada Tayla Peres, que “institui a Política Estadual de Apoio Psicossocial a Estudantes da Rede Pública Estadual em Situação de Vulnerabilidade Familiar no estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 45/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, que “estabelece diretrizes para a Política Estadual Roraima Protege as Mulheres, voltada a prevenção do feminicídio e a proteção das mulheres contra a violência no estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 49/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, que “dispõe sobre a distribuição de dispositivo de segurança, conhecido como ‘botão do pânico’, para pessoas vitimadas por violência doméstica, amparadas com medida protetiva, em todo o estado de Roraima, bem como autoriza o Poder Executivo a criar aplicativo para uso em dispositivo móvel ‘botão do pânico’, para facilitar denúncias de casos de violência contra a mulher”; Projeto de Decreto Legislativo n. 9/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, que “declara de utilidade pública a Federação de Mesatenistas de Roraima (Femerr) no estado de Roraima”; Indicações n.os 75 e 85 a

89/2026, de autoria do deputado Coronel Chagas; Indicações n.ºs 76 e 95/2026, de autoria do deputado Rarison Barbosa; Indicações n.ºs 77 a 82/2026, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações n.ºs 83, 84, 90 e 93/2026, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicação n.º 91/2026, de autoria do deputado Renato Silva; Indicação n.º 92/2026, de autoria da deputada Joilma Teodora; Indicação n.º 94/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião; Moção de Aplausos n.º 6/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, ao 2º sargento QEP PM Elicarlos Rodrigues Monteiro, da Polícia Militar do Estado de Roraima, em reconhecimento à sua destacada atuação, marcada por ato de bravura, coragem e elevado espírito de dever, durante intervenção em ocorrência de tentativa de homicídio registrada no dia 26 de julho de 2024; Moção de Aplausos n.º 7/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, ao 3º sargento PM Cleilson Medeiros de Sampaio e aos soldados PM Carlos Alaor Santana Junior, Halley Marcos Pedro Queiroz de Oliveira e Tailisson de Souza, da Polícia Militar do Estado de Roraima, integrantes do 2º Pelotão da 2ª Companhia da Força Tática/BOPE/CPC, pela atuação exemplar marcada por preparo técnico, bravura, coragem e elevado senso de dever, demonstrados durante ocorrência policial de alta complexidade registrada no Boletim de Ocorrência n.º 00034115/2025-A02, ocorrido no dia 14 de junho de 2025; Moção de Aplausos n.º 8/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, ao 2º sargento PM Wellen Márcio de Almeida Lima, da Polícia Militar do Estado de Roraima, pela atuação exemplar e heroica no salvamento da vida da menor Melissa Vitória da Silva Cunha, de aproximadamente 8 meses de idade, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2026; Moção de Aplausos n.º 9/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, aos Soldados QPC PM Pablo Picasso Ximenes de Oliveira e Eduardo Felipe Costa Silva, da Polícia Militar do Estado de Roraima, lotados no 1º Batalhão da Polícia Militar - 1º BPM/CPC, pela atuação exemplar marcada por heroísmo, coragem e elevado senso de dever, demonstrados durante atendimento de ocorrência que resultou na preservação da vida de um cidadão em situação de tentativa de suicídio, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2026; Moção de Aplausos n.º 10/2026, de autoria do deputado Rarison Barbosa ao município de Normandia, seus produtores rurais, organizadores e toda a população envolvida, pela realização da tradicional Festa da Melancia, evento que se consolidou como uma das mais relevantes manifestações culturais, econômicas e sociais do estado de Roraima; Requerimento n.º 17/2026, de autoria da deputada Tayla Peres, solicitando retirada do Projeto de Lei n.º 248/2025; Requerimento n.º 18/2026, de autoria da deputada Tayla Peres, solicitando retirada do Projeto de Lei n.º 16/2026; Requerimento n.º 19/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n.º 30/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n.º 20/2026, de autoria da deputada Catarina Guerra, para uso do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, no dia 26 de março de 2026, para a realização de programação alusiva ao aniversário do Centro de Inovação e Empreendedorismo – Inovem, desta Assembleia Legislativa; Memorando n.º 17/2026, de autoria da deputada Angela Águia Portella, justificando sua ausência na sessão do dia 18 de março do corrente ano; Memorando n.º 19/2026, de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão do dia 17 de março do corrente ano; Memorando n.º 34/2026, de autoria do deputado Rarison Barbosa, comunicando sua mudança partidária do Partido da Mulher Brasileira (PMB) ao Partido Liberal (PL), a partir de 14 de março do corrente ano; Memorando n.º 42/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na sessão do dia 18 de março do corrente ano; Memorando n.º 46/2026, de autoria do deputado Neto Loureiro, comunicando sua mudança partidária do Partido da Mulher Brasileira (PMB) ao Partido Liberal (PL), a partir de 6 de março do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura do expediente, passamos para o Grande Expediente. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para fazer uso do Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** — Não há orador inscrito, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Dando sequência, passamos à Ordem do Dia. Não temos quórum para deliberar a Ordem do Dia. Temos 11 deputados presentes no painel, mas não se encontram em plenário. Sendo assim, transiro a Ordem do Dia para a sessão seguinte.

Senhoras e senhores deputados, deu entrada nesta Casa um projeto de iniciativa do Executivo, Projeto de Lei, por meio da Mensagem n.º 019/2026, de 19 de março de 2026, o Projeto de Lei n.º 047, que trata da prorrogação da Companhia de Energia do Estado de Roraima – Cerr, até o dia 31 de dezembro. Esta matéria tem urgência, vou anunciar a criação da Comissão Especial para deliberar no âmbito da própria comissão e, em seguida, submeter ao Plenário.

Fica criada, pelo Ato da Presidência n.º 02/2026, a Comissão

Especial para analisar o Projeto de Lei n.º 047/2026, enviado pelo Poder Executivo, que altera a Lei n.º 1.666, de 8 de abril de 2022. Os deputados que comporão essa comissão serão: Soldado Sampaio, Renato Silva, Odilon, Dr. Meton e a deputada Tayla Peres. Fica criada a comissão para deliberar sobre o referido PL.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais. Com a palavra o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, utilizo o Expediente de Explicações Pessoais para, mais uma vez, agradecer a uma das servidoras deste Poder Legislativo: Maria Eliane Gomes Leite, que integrou o setor de Taquigrafia desde o período de instalação desta Casa, aposentou-se na semana passada, tendo cumprido seu expediente até a última quinta-feira. Eliane, com certeza, contribuiu significativamente com o Poder Legislativo ao longo de muitos anos, décadas em que esteve presente na Assembleia Legislativa.

Eu, como Vossa Excelência sabe, servi por mais de uma década ao Poder Legislativo na condição de servidor, sei o quanto cada um dos servidores da Assembleia Legislativa de Roraima, deputado Renato, contribui para o funcionamento não só deste Poder, mas também para o aperfeiçoamento do mandato de todos os seus integrantes. Portanto, quero aqui usar o Expediente de Explicações Pessoais para homenagear e agradecer à taquígrafa Maria Eliane Gomes Leite.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua aberto o Expediente de Explicações Pessoais. Deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** — Quero ressaltar que ontem ocorreu o lançamento dos Jogos Escolares, e parabenizar, presidente, pelo seu empenho na criação da Secretaria de Esporte, dando mais atenção ao esporte no estado de Roraima.

Ontem foi um lançamento importante, deputado Marcos Jorge, pois teremos os Jogos Escolares e, simultaneamente, dos 1º **Jogos Escolares Paralímpicos de Roraima (Jerpa)**, que acontecerão dentro da mesma programação. Garantimos recursos, com a destinação de uma emenda ao orçamento, para viabilizar, em 2026, a realização dos melhores Jogos Escolares já organizados e executados no estado de Roraima. Essa construção começou com a iniciativa do deputado estadual e presidente desta Casa, deputado Sampaio, que lutou por muitos anos pela criação da Secretaria de Esporte, hoje uma realidade. Já no primeiro ano da secretaria, destinei uma emenda ao orçamento, no valor de R\$ 10.000.000,00, conforme mencionado pelo deputado Marcos Jorge, para que possamos executar os Jogos Escolares e os Jogos Escolares Paralímpicos em nosso estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua aberto o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, às dez horas e trinta e cinco minutos, dou por encerrada a presente sessão, e convoco outra para o dia 25 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, as senhoras e os senhores deputados: **Catarina Guerra, Dr. Meton, Gabriel Picanço, Joilma Teodora, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Odilon, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

#### ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 31 DE MARÇO DE 2026, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO.

Às dez horas do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, no plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sétima Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Bom dia a todos. Convido os senhores deputados a tomarem assento no plenário para darmos início à sessão nesta manhã de terça-feira.

Solicito à senhora primeira-secretária ad hoc que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Rarison Barbosa** — Lida a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da Ata da Sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 021/2026, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 009/2025, que institui o Código de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado de Roraima; Mensagem Governamental n. 022/2026, encaminhando Projeto de Lei Complementar n. 003/2026, que “Altera dispositivos da Lei Complementar n. 194, de 28 de janeiro de 2014; bem como os artigos 7.º e 8.º da Lei Complementar n. 192, de 30 de dezembro de 2011; acrescenta dispositivos à Lei n. 2.329, de 28 de janeiro de 2026; e à Lei Complementar n. 371, de 28 de janeiro de 2026, e dá outras providências”; e Mensagem Governamental n. 023/2026, encaminhando Projeto de Lei n. 050/2026, que “Altera dispositivos do Decreto n. 1.836, de 04 de dezembro de 1989, recepcionado com força de lei nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Ofício n. 335/2026, de autoria da conselheira Cilene Salomão, em agradecimento pela participação no Seminário Infância Segura Roraima. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 046/2026, de autoria do deputado Isamar Júnior, que “institui diretrizes para o Programa Estadual de Defesa Pessoal Feminina, voltado à Capacitação Preventiva e Proteção de Mulheres em situação de vulnerabilidade ou risco iminente do estado de Roraima, e dá outras providências”; Substitutivo n. 1/2026, referente ao Projeto de Lei n. 066/2025, de autoria da deputada Joilma Teodora e do deputado Dr. Claudio Cirurgião, que “institui o Estatuto da Pessoa com Doença Crônica, Complexa ou Rara no Estado de Roraima, altera a Lei n. 965, de 17 de abril de 2014, e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 010/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, que “concede a comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica, e dá outras providências”; Indicação n. 096/2026, de autoria da deputada Joilma Teodora; Indicações n. 097 a 99, 102 e 103/2026, de autoria do deputado Coronel Chagas; Indicações n. 100 e 104/2026, de autoria do deputado Renato Silva; Requerimento n. 021/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 016/2025, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 022/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 012/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 023/2026, de autoria do deputado Isamar Júnior, solicitando retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 210/2025; Requerimento n. 024/2026, de autoria do deputado Isamar Júnior, solicitando retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 027/2026; Requerimento n. 025/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, solicitando a disponibilidade do Plenário Noêmia Bastos Amazonas, no dia 7 de maio de 2026, às 9h30, em homenagem ao Dia do Oftalmologista, celebrado anualmente em 7 de maio; Requerimento n. 026/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 014/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 027/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 016/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 028/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 001/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 029/2026, de autoria do deputado Gabriel Picanço, solicitando retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo n. 008/2026; Requerimento n. 030/2026, de autoria do deputado Gabriel Picanço, solicitando retirada de tramitação do Requerimento n. 008/2026; Requerimento n. 031/2026, de autoria do deputado Gabriel Picanço, solicitando retirada de tramitação do Requerimento n. 016/2026; Memorando n. 023/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, comunicando sua mudança partidária do União Brasil ao Partido Republicanos, a partir de 20 de março do corrente ano; Memorando n. 024/2026, de autoria do deputado Lucas Souza, justificando sua ausência nas sessões dos dias 24 e 25 de março do corrente ano; e Memorando n. 055/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na sessão do dia 24 de março do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício n. 057/2026, de autoria da Segad, que trata da regularização de débitos acerca da cessão de servidores estaduais à Assembleia Legislativa do estado de Roraima.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura do Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para fazer uso do Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — Senhor presidente, não há oradores escritos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Não havendo

oradores inscritos, antes de iniciar a Ordem do Dia, gostaria de solicitar aos senhores deputados que tomem seus assentos no plenário. Desejo, com o aval dos senhores deputados, registrar e agradecer a presença dos alunos dos programas especiais da Assembleia Legislativa, especificamente do Centro de Convivência da Juventude (CCJuve). Estão aqui presentes professores, instrutores e alunos de jiu-jítsu, judô, balé, capoeira, futebol, ginástica rítmica. Sejam todos bem-vindos a esta Casa. É uma honra recebê-los aqui. Agradeço a deputada Marília, aos demais diretores, instrutores e professores. Dou as boas-vindas a todos vocês. É uma honra recebê-los aqui.

Senhores deputados, antes de iniciar a Ordem do Dia, peço a autorização dos senhores para realizar o lançamento da plataforma do CCJuve no site da Assembleia. Aqui estão os nossos alunos. Gostaria de ressaltar que a plataforma do Centro de Convivência da Juventude é uma iniciativa da Superintendência de Programas Especiais, sob a coordenação da superintendente Marília Pinto, desenvolvida em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação desta Casa, na pessoa da superintendente Simone. Agradeço à Simone e à Marília.

A ferramenta foi criada para ampliar o acesso e conferir mais praticidade à população, permitindo que todos conheçam, de forma simples e rápida, as modalidades oferecidas pelo CCJuve, tanto na capital, Boa Vista, quanto no interior do estado. Além disso, a plataforma possibilita a realização de pré-inscrições, garantindo maior organização e transparência no acesso às vagas, tanto nas atividades esportivas quanto nas culturais. No CCJuve, o atendimento é pautado no respeito e na empatia.

Nossos alunos são prioridade, e cada pessoa é acolhida com atenção, devido cuidado e compromisso, buscando-se sempre compreender suas necessidades e oferecer o melhor serviço possível. Expresso agradecimentos especiais aos servidores desta Casa: Emanuele Medeiros, Welson Soares, Rafael Gomes, Ednil e Abraão Borges, que atuaram diretamente na criação da plataforma. São os nossos servidores de tecnologia que nos auxiliaram na montagem dessa ferramenta, pela qual você, cidadão que nos ouve e nos acompanha, pode acessar o site da Assembleia e realizar sua pré-matrícula de modo virtual, garantindo sua vaga sem a necessidade de se deslocar a um de nossos polos.

Portanto, parabeno a doutora Marília, a Simone, todos os grupos de servidores e os instrutores por democratizarem ainda mais o acesso aos programas da Assembleia. Gostaria de apresentar um vídeo aos deputados e a todos os interessados para que acompanhem o funcionamento dessa nova plataforma do CCJuve. Por favor, solicito à nossa equipe que reproduza o vídeo.

Execução do Vídeo

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Está oficialmente lançada a plataforma do CCJuve no site da Assembleia. Mais uma vez, parabeno a todos e agradeço, expressando nossa felicidade em constatar que atendemos a quase seis mil alunos em todo o estado, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas mais diversas modalidades culturais e esportivas oferecidas pela Assembleia Legislativa. Muito obrigado! As aulas começaram recentemente em todo o estado; as atividades estão ocorrendo a pleno vapor e, com certeza, este será um ano de sucesso e de realizações. Sinto-me muito feliz, assim como os demais deputados, por poder levar cidadania a esses jovens, crianças e adolescentes nos quatro cantos de Roraima. Muito obrigado! Agradeço à Marília pela presença.

Dando seqüência, senhores deputados, passamos para a Ordem do Dia, temos na Ordem do Dia 37 proposições. Corrigindo: são 41 proposições hoje na Ordem do Dia. Nossa pauta está bastante extensa.

Ordem do Dia: Discussão e votação, em segundo turno, da seguinte proposição: **01 — Proposta de Emenda à Constituição n. 013/2025**, que “dá nova redação ao §1º do artigo 101 da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria do deputado Renato Silva e outros. Em turno único, das seguintes proposições: **02 — Projeto de Decreto Legislativo n. 69/2025**, que “declara de utilidade pública o Instituto Amazônia do Brasil — Iabra”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; **03 — Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 143/2025**, ao Projeto de Lei n. 289/2025, que “altera e acrescenta dispositivos da Lei n. 828, de 24 de novembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; **04 — Projeto de Lei n. 035/2025**, que “dispõe sobre o Programa de Conscientização e Enfrentamento da Alienação Parental a ser desenvolvido nas escolas públicas e privadas e meios de comunicação do estado de Roraima”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; **05 — Projeto de Lei n. 110/2025**, que “altera a redação da Lei n. 983, de 26 de novembro de 2014, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Cultura — Funcultura, instrumento de financiamento das políticas públicas de cultura de Roraima, de natureza contábil especial e dá outras

providências”, de autoria do deputado Marcos Jorge ; **06 — Projeto de Lei n. 029/2026**, que “altera a Lei Estadual n. 323, de 2001, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”, de autoria do deputado Marcos Jorge; **07 — Projeto de Lei n. 129/2025** (com emenda), que “institui o programa Cidade Amiga do Idoso no estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da deputada Angela Águda Portella ; **08 — Requerimento n. 07/2026**, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, que “requer a cessão do Plenário para realização de audiência pública”, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião; **09 — Mensagem Governamental de Veto Total n. 002/2026, ao Projeto de Lei Complementar n. 001/2023**, que “estabelece o Código de Direito Urbanístico do Estado de Roraima”, de autoria do deputado Armando Neto ; **10 — Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 003/2026**, ao Projeto de Lei n. 014/2025, que “institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa e dá outras providências”, de autoria do deputado Marcos Jorge; **11 — Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 004/2026**, ao Projeto de Lei n. 033/2025, que “institui Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros ; **12 — Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 006/2026**, ao Projeto de Lei Complementar n. 018/2025, que “altera a Lei Complementar n. 164, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado de Roraima, para instituir a Assessoria Militar como órgão auxiliar permanente, criar cargos na carreira de defensor público do estado e dá outras providências”, de autoria da Defensoria Pública do Estado; **13 - Projeto de Lei n. 137/2025**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de placas de especificação técnica em pontes situadas no território do estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do deputado Renato Silva.

Temos algumas matérias que têm tramitação em regime de urgência, deputada Aurelina e demais deputados, em virtude até do prazo eleitoral, que é 4 de abril, seis meses antes das eleições. Algumas matérias de iniciativa do governo têm que ser votadas antes dessa data, caso sejam aprovadas para que haja tempo necessário.

Na sessão passada, nós criamos uma comissão especial para tratar dessas matérias com regime de urgência. É a Comissão do Ato da Presidência n. 02/2026, a Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei n. 047/2026, de iniciativa do Executivo, que prorroga a Companhia Energética de Roraima, e do Projeto de Lei n. 019/2026, que prorroga a duração das secretarias extraordinárias. Na época, se voluntariaram para fazer parte da comissão, os senhores deputados: Soldado Sampaio, Renato Silva, Odilon, Dr. Meton e Tayla Peres. Tem outras matérias que serão adicionadas a esta comissão, se houver consenso de todos. Todos concordam? Então, adiciono as demais matérias que serão tratadas nessa Comissão Especial. Então, a Comissão Especial passará a deliberar sobre os seguintes projetos, alterando a sua composição, caso haja necessidade de algum deputado acrescer, fazer parte da comissão, e alterando a Ordem do Dia da comissão.

A comissão irá deliberar os seguintes projetos: Projeto de Lei n. 047/2026, de iniciativa do Governo do Estado; Projeto de Lei n. 019/2026, de iniciativa do Executivo; Projeto de Lei n. 048/2026, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei n. 050/2026, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei n. 039/2026, de autoria do Tribunal de Conta do Estado; Projeto de Lei n. 040/2026, de autoria do Ministério Público do Estado de Roraima; Projeto de Lei n. 041/2026, de autoria da Defensoria Pública; e Projeto de Lei n. 051/2026, de autoria da Mesa Diretora. São esses os projetos.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhora deputada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Senhor presidente, já que temos quórum para votação, vamos priorizar a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 013/2025, que é o primeiro item. Falta a votação em segundo turno.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Então, ficam essas matérias como pauta da Ordem do Dia da Comissão Especial, criada pelo ato n. 03/2026, composta pelos senhores deputados: Soldado Sampaio, Renato Silva, Odilon, Dr. Meton e Tayla Peres. Eu pergunto se algum deputado tem interesse em compor a comissão. Aurelina Medeiros, mais algum deputado?

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** — Senhor presidente,

estou chegando.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Deputado Marcinho Belota, compõe a comissão.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** — Senhor presidente, eu me interesse em fazer parte da comissão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Deputado Dr. Claudio Cirurgião e o deputado Marcelo Cabral compõem a comissão.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, o Republicanos encaminha o meu nome.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Fica constituída a comissão pelos seguintes deputados: Soldado Sampaio, Rárison Barbosa, Odilon, Dr. Meton, Dr. Claudio Cirurgião, Marcinho Belota, Marcelo Cabral, Aurelina e Tayla Peres. Esta é a comissão para deliberar as matérias que constam na Ordem do Dia desta Comissão Especial.

Temos um pedido de inversão de pauta para tratar da PEC, que é o item 1, para votação em segundo turno. Nós temos 17 deputados no painel, precisamos de 15 deputados, portanto temos quórum para a votação.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Presidente, eu queria pedir a gentileza da Mesa para inverter a ordem da pauta, para votar o Requerimento n. 07/2026, que diz respeito à marcação de uma audiência pública solicitada pelo Ministério da Saúde.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Acato o requerimento de Vossa Excelência. Convido os senhores deputados a tomarem assento no plenário. Precisamos de quórum qualificado para votar a PEC em segundo turno.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Proposta de Emenda à Constituição n. 13/2025, de autoria do deputado Renato Silva e outros.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto a Proposta de Emenda à Constituição n. 13/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão Especial foram favoráveis à aprovação da matéria. A matéria foi aprovada no primeiro turno. Coloque a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloque-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Orientação de voto senhor presidente. O Republicanos orienta voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — O líder do Republicanos orienta “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovada em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição n. 13/2025, de autoria do deputado Renato Silva e outros.

Deputado Dr. Claudio, qual o requerimento de Vossa Excelência, do pedido para inversão de pauta?

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Requerimento n. 7.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Qual o item da pauta?

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Jardel, estava na Ordem do Dia passada e não foi incluído na de hoje. Vamos pedir a inclusão, por favor.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Para a inclusão na Ordem do Dia. Deputado Dr. Claudio, o senhor tem o requerimento?

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Já vamos fazer o requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhora deputada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Senhor presidente, já está deliberado em comissão o reajuste dos servidores dos Poderes?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Já montamos a comissão, vamos reunir a comissão especial.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Vai para a comissão ainda?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Vamos nos reunir após votar o projeto do requerimento do deputado Claudio, e posteriormente iremos suspender a sessão.

Algum deputado tem interesse em inversão de pauta de alguma matéria?

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, tem dois projetos de minha autoria que estamos tentando votar há algumas semanas. Se possível, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Qual o item da pauta, deputado?

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Só um instante, que eu estou aqui revisitando o item, por gentileza.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Eu vou fazer a inversão de pauta do Projeto de Decreto Legislativo n. 69/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio. Os deputados irão requer a inversão de pauta, e nós vamos votando de acordo com a ordem da inversão.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, é o item 27.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Solicito à senhora primeira-secretária que faça a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 69/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 69/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da emenda, parecer e voto. O parecer da comissão e do relator são pela aprovação da matéria. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 69/2025, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhora deputada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** — Senhor presidente, peço a inversão de pauta do item 18.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Por favor, Jardel, anota o item 18, para a inversão da pauta da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, os meus são os itens 20 e 23, por gentileza.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Os itens para a inversão de pauta da Ordem do Dia são: 18, 20 e 23.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedido, senhora deputada.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** — Senhor presidente, o item 21.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Para incluir o item 21 e o requerimento do Dr. Claudio Cirurgião para a inversão da pauta. Para votar o projeto de lei, nós estamos com a Ordem do Dia trancada. Precisamos deliberar esse veto para depois votar. Eu vou colocar em votação o veto, que é o item 2 da pauta. Então, precisamos deliberar o item 2 para votar logo em seguida os itens 18, 20, 23, 21, ok?

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 143/2025, ao Projeto de Lei n. 289/2025.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto à Mensagem Governamental de Veto n. 143/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. A Comissão Especial foi pela manutenção do veto, coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — A CCJ, quando reunida, pugnou pela manutenção dos vetos, porque tratou-se de erro material quando da remessa do Poder Executivo para esta Casa. Houve todo um

cuidado do deputado Coronel Chagas, relator, e do deputado Rarison, presidente da CCJ, em verificar junto ao Detran, e certificaram-se, conforme o deputado Rarison acabou de nos informar, que procede a informação de que se deve manter os vetos do Executivo para o benefício do Detran e dos seus servidores.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo, quem queira discutir, coloco-a em votação. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Orientação de voto senhor presidente. O Republicanos orienta voto “sim”, pela manutenção dos vetos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — O líder do Republicanos orienta “sim”.

Registro em nossas galerias a presença dos representantes dos servidores públicos do Poder Executivo; do Sinter; do Sindicato dos Policiais Penais; do Sindicato dos Policiais Cíveis e da Saúde.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção. Dou por mantida a Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 143/2025 ao Projeto de Lei n. 289/2025.

Conforme solicitação de inversão de pauta, solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 035/2025, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 035/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, o parecer da comissão foi pela aprovação da matéria, assim como o da Procuradoria, que se manifestou pela constitucionalidade. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção. Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 035/2025, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Dando sequência à Ordem do Dia, conforme solicitação de inversão de pauta solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 110/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 110/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, o parecer da comissão foi pela aprovação da matéria, assim como o da Procuradoria, que se manifestou pela constitucionalidade. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o autor da proposição, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, a Lei n. 983/2014, instituiu o Fundo Estadual da Cultura, em que pese já ter 12 anos de sua edição, ainda não conseguiu viabilizar o acesso dos nossos artistas roraimenses ao referido fundo. Eu me recordo que, quando de minha passagem pela Secretaria de Cultura no ano de 2015, promovemos a regulamentação da referida lei, mas havia uma necessidade de ajuste que não foi possível à época, porque, em seguida, eu recebi uma nova missão: fui para Brasília, para o Ministério do Esporte, e não avançamos à época com essa adequação.

Resulta que a referida lei precisa permitir que pessoas físicas tenham acesso também aos recursos que possam estar sendo alocados no orçamento público quando da edição da Lei Orçamentária para que artistas, pessoas físicas, também possam ter acesso, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica. Portanto, é um mero ajuste de uma lei já existente há 12 anos que, até o momento, não teve, deputada Tayla Peres, a sua adequada utilização, uma vez que merece esse ajuste que foi proposto por diversos artistas, promotores culturais, entre os quais o Aldenor, que foi quem nos trouxe a sugestão já fundamentada a ser apresentada nesta Casa.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Parabenizo o deputado Marcos Jorge pela bela iniciativa, desde já declaro meu apoio à proposição.

Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, os deputados rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei 110/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Dando sequência, conforme a inversão de pauta solicitada pelos deputados, passamos à deliberação do item 23 da Ordem do Dia. Solicito à

senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 029/2026, do deputado Marcos Jorge.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 029/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto, o parecer da comissão foi pela aprovação da matéria, assim como o da Procuradoria, que se manifestou pela constitucionalidade. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o autor da proposição, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, a Lei n. 323/2001 prevê a contratação de pessoal por tempo determinado, ou seja, contratações excepcionais para atender ao interesse público. Contudo, um de seus dispositivos afronta o artigo 37 da Constituição Federal, mais especificamente o inciso IX, ao dispor que o contratado não poderá ter outro vínculo com o serviço público.

Ora, se a própria Constituição Federal estabelece que, desde que não haja incompatibilidade de horários, o servidor público pode, sim, manter outro vínculo, especialmente nas áreas de educação e saúde, como podemos admitir uma lei que veda esse tipo de contratação?

À época da pandemia, em meio a tantas perdas, diversos profissionais foram contratados de forma excepcional, aqui em Roraima e em todo o Brasil, amparados por legislação federal, para atender à população acometida pela Covid-19, muitos deles já possuindo outros vínculos. Portanto, não podemos manter uma inconstitucionalidade: uma lei que regula contratações temporárias, mas que, ao mesmo tempo, impede que profissionais qualificados e experientes possam, de forma excepcional e temporária, contribuir com a administração pública.

O Senhor Presidente, **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Peço aos colegas deputados dos Republicanos que procedam com o voto “sim”.

O Senhor Presidente, **Soldado Sampaio** — Aviso aos senhores deputados que temos matéria na Ordem do Dia, temos uma comissão especial para deliberar várias matérias ainda e solicito a permanência no plenário dos colegas deputados. Estamos em votação.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** — Senhor presidente, voto “sim”.

O Senhor Presidente, **Soldado Sampaio** — Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 029/2026, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 129/2025, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 129/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Na matéria consta emenda, tem o parecer da comissão pela aprovação, tem o parecer da Procuradoria da Casa pela constitucionalidade da matéria. Está apto a ser votado e coloco a matéria em discussão.

Para discutir, deputada Angela Águida Portella, autora da proposição.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** — A proposição tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, por meio de ações nas áreas de saúde, ações preventivas, questão da mobilidade urbana, acessibilidade, lazer, terapia ocupacional, essa é a nossa intenção. Portanto, eu gostaria de pedir aos meus nobres colegas que votassem a favor da matéria. Obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** — Presidente, o deputado Marcinho Belota vota “sim”.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** — Senhor presidente, eu voto “sim”.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Deputado Dr. Claudio vota “sim”. Por favor, computar.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** — Deputado Idazio, eu voto “sim”. Não estou conseguindo registrar a minha votação.

O Senhor Deputado **Aurelina Medeiros** — Não estou conseguindo votar, mas eu voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Dou por encerrada a

votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 129/2025, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Requerimento n. 07/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lido o Requerimento n. 07/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura do requerimento, coloco o requerimento em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica; os deputados que concordam com a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 07/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião.

Senhoras e senhores deputados, nós temos quatro vetos governamentais que se encerram hoje o prazo, a partir de amanhã, e estão trancando a pauta da Ordem do Dia. E nós temos várias matérias, a princípio, que serão liberadas na sessão de amanhã. Inclusive, a reposição salarial dos servidores públicos do estado de Roraima e outras matérias.

Então, nós precisamos deliberar sobre esses vetos. Caso contrário, estaremos impedidos de votar qualquer proposição no dia de amanhã sem a devida liberação por trancar a Ordem do Dia. Eu quero solicitar a permanência dos senhores deputados em plenário. São quatro vetos, será uma votação rápida, mas precisamos de quórum. Precisamos de, no mínimo, três deputados presentes. Daí a importância da permanência dos senhores no plenário.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 02/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 01/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 02/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 01/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 02/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 01/2023, de autoria do deputado Armando Neto. A Comissão Especial votou pela rejeição ao veto e a Procuradoria deu parecer pela manutenção do veto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** — Senhor presidente, esta Mensagem Governamental de Veto n. 02/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 01/2023, de autoria do deputado Armando Neto, refere-se ao Código de Direito Urbanístico do estado de Roraima. Trata-se de uma proposta voltada para que todas as capitais e municípios possam crescer de forma ordenada, de modo que cada município, em seus projetos urbanísticos, públicos ou privados, assegure um ordenamento adequado desse crescimento urbano. Com isso, busca-se evitar, no futuro, prejuízos ao erário público, bem como à recomposição e à formulação de novos projetos.

Vou citar aqui a Caer, que tem feito seu trabalho, mas, muitas vezes, é insuficiente por precisar refazer obras e, assim, gastar dinheiro público duas vezes no mesmo local, de forma desordenada. Muitas vezes, um conjunto habitacional se expande com o crescimento da cidade e, quando se percebe, acaba ocupando uma Área de Preservação Permanente (APP) ou uma área de alagamento, o que, no futuro, gera dificuldades para o desenvolvimento e a expansão desse setor urbano.

Dessa forma, de maneira ordenada, precisamos continuar esse trabalho de planejamento e construção, para evitar prejuízos futuros. Com esse pedido e com esse projeto de lei de minha autoria, solicito aos colegas que possamos derrubar o veto, para que a proposta se torne lei e, assim, os municípios tenham a responsabilidade de crescer de forma ordenada, evitando o desordenamento urbano e os impactos ambientais.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Lembrando que a comissão foi pela rejeição ao veto, a Procuradoria foi pela manutenção do veto e o deputado Armando Neto pede a derrubada do veto. Coloco em votação a matéria. Votando “sim”; os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Presidente! Votei equivocadamente; eu queria que mudasse meu voto para “não”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Você consegue corrigir no painel, só refazer o voto.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Mudei.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “não”, nenhum voto “sim” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental de Veto n. 02/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 01/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da

ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 003/2026, ao Projeto de Lei n. 014/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 003/2026, ao Projeto de Lei n. 014/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, parecer e voto. A CCJ votou pela rejeição do veto. Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — O presente Projeto de Lei n. 014/25 foi objeto de veto do Poder Executivo Estadual. Na realidade, ele pretende estruturar a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa, tema cada vez mais relevante. O Excelentíssimo senhor governador, nas razões do veto, equivocou-se ao mencionar outra lei que não está sob análise. De fato, faz referência ao artigo 7º, que estabelece que o Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de 120 dias, com a especificação do órgão responsável pela emissão da CPD, dispositivo que pertence a outra lei já apreciada por esta Casa.

Portanto, verifica-se um erro na justificativa do veto apresentado pelo Poder Executivo. Por esse motivo, a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que o veto não deve ser mantido, devendo ser rejeitado, razão pela qual solicito o apoio dos nobres colegas parlamentares.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Orientação de voto, senhor presidente, o Republicanos orienta voto “não”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Líder do Republicanos orienta voto “não”. Deputado Renato Silva, vota “não”. O deputado Marcelo Cabral vota “não”.

Gostaria de registrar a presença dos dirigentes do Sindicato dos Servidores da UERR do estado de Roraima, sejam bem-vindos à esta Casa, é uma honra recebê-los. Estão ali lutando pela melhoria, independência, autonomia administrativa, orçamentária da universidade.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto “sim”, 18 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem de Veto n. 003/2026, de Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 014/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 004/2026 ao Projeto de Lei n. 033/2025, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Renato Silva** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Renato Silva** — Senhor presidente, por motivo de saúde, não pude estar presente na sessão. Gostaria de pedir, por gentileza, a inversão de pauta do item 22, pois estou há meses tentando colocar em votação e hoje está na Ordem do Dia.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Acato o requerimento do deputado Renato Silva, em seguida, colocaremos na Ordem do Dia.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 004/2026, ao Projeto de Lei n. 033/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, parecer e voto. O parecer da CCJ foi pela rejeição do veto, a Procuradoria manifestou-se pela rejeição do Veto Parcial. Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no. Solicito a abertura do painel para votação.

O senhor deputado Renato Silva, vota não.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto “sim”, 15 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem de Veto n. 004/2026, de Veto parcial ao Projeto de Lei n. 033/2025.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto à Mensagem Governamental n. 006/2026 ao Projeto de Lei Complementar n. 018/2025, de autoria da Defensoria Pública do Estado.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, parecer e o voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n.006/2026, ao Projeto de Lei n. 018/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. A CCJ votou pela rejeição do veto, a Procuradoria da Casa foi pela manutenção do Veto Parcial. Coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no. Solicito a abertura do painel para votação.

O deputado Renato Silva vota não.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Como orienta o presidente do meu novo partido, Republicanos, aniversariante do dia, deputado Marcos Jorge?

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Deputado Dr. Claudio Cirurgião, meus cumprimentos pela entrada no único partido que é 10 no país. Meus parabéns pela decisão e o recebemos com muita alegria. Orientamos pelo voto “não”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Deputado Marcelo Cabral vota “não”.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto “sim”, 13 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental de Veto n. 006/2026, de Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 018/2025, de autoria da Defensoria Pública do Estado.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 137/2025, de autoria do deputado Renato Silva.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 137/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco em discussão a matéria. Com a palavra, o deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** — Presidente, esse projeto é muito importante para o estado de Roraima, porque temos registrado muitos acidentes em pontes. Muitas vezes, porque elas não suportam o peso da carga dos caminhões que por elas trafegam. Temos vários municípios e diversas vicinias com pontes construídas pelo estado e, com frequência, ouvimos relatos de acidentes, como pontes que desabam e caminhões que tombam sobre elas.

Dessa forma, as pontes construídas pelo estado de Roraima, a partir da aprovação desta lei, deverão conter especificações técnicas, como metragem, largura, capacidade de carga e o tipo de veículos autorizados a trafegar. Isso é fundamental para evitarmos os acidentes que infelizmente ainda são comuns nas vicinias do estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Obrigado, deputado Renato Silva, pela iniciativa. A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — O Republicanos parabeniza o deputado Renato Silva pelo projeto de lei, importante, inteligente. Oriento pelo voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Deputado Marcelo Cabral vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 137/2025 de autoria do deputado Renato Silva.

Senhores deputados, em comum acordo com Vossas Excelências e considerando as inversões de pauta requeridas, votamos todas as matérias de consenso nesta manhã. As demais matérias dependem de deliberação da Comissão Especial. Assim, encerro a Ordem do Dia e já convoco a Comissão Especial criada pelo Ato da Presidência n. 013/2025, responsável por analisar diversos projetos de lei, composta pelos senhores deputados: Soldado Sampaio, Rárison Barbosa, Odilon, Coronel Chagas, Tayla Peres, Aurelina Medeiros, Marcinho Belota, Marcelo Cabral e Dr. Claudio Cirurgião. Dessa forma, dou por encerrada a Ordem do Dia.

Passamos ao expediente de Explicações Pessoais. Não havendo nenhum deputado que queira fazer uso da palavra em Explicações Pessoais, agradeço a presença dos senhores deputados e parabenizo o deputado Marcos Jorge, desejando-lhe muita saúde e paz, com um abraço de todos os colegas parlamentares. Não havendo mais nada a tratar, às onze horas e vinte e sete minutos, dou por encerrada a sessão e convoco outra para o dia primeiro de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, as senhoras e os senhores deputados: **Angela Águida Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Joilma Teodora, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rarison Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

**ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 01 DE ABRIL DE 2026, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO.**

Às onze horas e oito minutos do dia primeiro de abril de dois mil e vinte e seis, no plenário desta Casa Legislativa, deu-se a Oitava Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Bom dia a todos. Convido os senhores deputados a tomarem assento ao plenário para darmos início à sessão nesta manhã de quarta-feira.

Solicito à senhora primeira-secretária *ad hoc* que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** — Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Rarison Barbosa** — Lida a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da Ata da Sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** — Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 025/2026, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 003/2026; e Mensagem Governamental n. 026/2026, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar n. 015/2025. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 051/2026, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos efetivos ativos e inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 052/2026, de autoria do deputado Jorge Everton, que “dispõe sobre a suspensão do prazo de validade dos concursos públicos estaduais durante o período eleitoral no âmbito do estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 053/2026, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “dispõe sobre a criação de Programa de Apoio Psicológico Digital, através de psicólogos e psiquiatras para mães de crianças atípicas no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 054/2026, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “institui o Programa Cuidar de Quem Cuida como diretriz de apoio integral às mães atípicas no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 011/2026, de autoria do deputado Renato Silva, que “declara de utilidade pública a Associação Novo Basquete Roraima – NBR”; Projeto de Decreto Legislativo n. 012/2026, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “concede a comenda História Viva de Roraima às pessoas que indica, e dá outras providências”; Indicações n. 105 e 106/2026, de autoria do deputado Renato Silva; Indicações n. 107 a 117/2026, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações n. 118 a 120/2026, de autoria do deputado Armando Neto; Requerimento n. 032/2026, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 027/2024, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 033/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, solicitando o regime de tramitação de urgência ao Substitutivo n. 1/2026; Requerimento n. 034/2026, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, solicitando autorização para realização de Audiência Pública; Requerimento n. 035/2026, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Ato da Presidência n. 003/2025, para prorrogação de prazo por igual período; Requerimento n. 036/2026, de autoria do deputado Soldado Sampaio, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 9 de abril de 2026, às 14h30, para entrega de comendas História Viva de Roraima; e Requerimento n. 037/2026, de autoria do deputado Armando Neto, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 23 de abril de 2026, às 10h, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para entrega de comendas concedidas pelos Decretos Legislativos n. 058, 099, 103 e 142/2025.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura do Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para fazer uso do Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** — Senhor presidente, não há oradores escritos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Senhoras e senhores deputados, temos várias matérias constantes da Ordem do Dia. Algumas ainda se encontram em tramitação na Comissão Especial. Gostaria de acordar com Vossas Excelências que votemos, neste momento, aquelas que já estão aptas à deliberação. Em seguida, suspenderemos a sessão para deliberar sobre os demais projetos: alguns chegaram há pouco e ainda estão recebendo parecer da Procuradoria; outros, desde ontem, aguardam ajustes de redação. Assim, proponho que votemos os projetos de lei já apreciados pelas comissões e aptos à deliberação e, na sequência, suspendamos a sessão para reunir a Comissão Especial, a fim de dar continuidade à apreciação das demais matérias constantes da pauta.

Podemos avançar dessa forma? Antes, porém, deputado Cláudio, deputado Rarison, senhoras e senhores deputados, quero, primeiramente, registrar a presença do doutor Francisco Guimarães, integrante da Ordem dos Advogados. Seja bem-vindo a esta Casa; é uma honra recebê-lo. Registro, ainda, a presença das lideranças sindicais: Leandro, do Sindpol; o professor Márcio de Jesus, do Sinter; Rubenique; Gustavo, da Aderr; além das demais representações de servidores públicos do Poder Executivo que se encontram aqui presentes.

E, falando em servidor público, quero, neste momento, deputada Aurelina, fazer um anúncio aos concurreis do estado de Roraima. Está aqui em minhas mãos o edital do concurso público da Assembleia. Assim, assinarei, neste momento, juntamente com o deputado Rarison e o deputado Renato, o referido edital, conforme já anunciado em dias anteriores. Estávamos apenas finalizando os últimos ajustes e concluindo o contrato com o instituto responsável pela realização do certame.

Com imenso orgulho, satisfação e alegria, passo por esta Casa como deputado e presidente, tendo a felicidade de, com o apoio dos senhores deputados e deputadas, da nossa equipe técnica, da comissão e dos servidores desta Casa, alcançarmos este momento de anunciar a realização deste concurso público.

Quero registrar e agradecer a todos os servidores que contribuíram: doutor Sérgio Matheus; Eduardo; nossos procuradores; Paulo Holanda; Soninha, servidora efetiva desta Casa; e os demais servidores que nos assessoraram, nos ajudaram e com quem construímos, a quatro mãos, este edital do concurso da Assembleia Legislativa de Roraima. Este é o maior concurso público dos últimos anos, deputado Chagas, em termos de abrangência no que se refere à quantidade de profissões contempladas. Serão ofertadas 226 vagas, distribuídas em 36 cargos, deputado Rarison e deputado Cláudio. Em outras palavras, são 226 vagas distribuídas em 36 cargos, contemplando diversas áreas e profissões.

Temos cargos de nível superior, que totalizam 69 vagas, destinados a procurador da Casa, bem como para advogado, consultor, analista de controle interno, analista de planejamento e orçamento, analista administrativo, analista de acervo, analista de infraestrutura e redes de tecnologia da informação, analista de segurança da informação, assistente social, bibliotecário, contador, economista, enfermeiro, engenheiro civil, engenheiro elétrico, gestor público e jornalista. São seis vagas para jornalista e precisamos desses profissionais para a Rádio Assembleia e a TV Assembleia. Há, ainda, vagas para médico do trabalho, pedagogo, psicólogo, psiquiatra, publicitário, profissional de relações públicas e cerimonial, revisor, inclusive para os formados em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa. Todos esses cargos contam com vagas disponíveis.

Estamos aguardando você, que tem nível superior, para alcançar nossas vagas. São 157 vagas para nível médio: programador, taquígrafo, técnico de edificações, técnico de enfermagem, técnico de informática, técnico de segurança do trabalho, designer gráfico, assistente legislativo, repórter cinematográfico, repórter fotográfico, os fotógrafos, ou seja, são 36 profissões que serão contempladas nesse concurso. E falar de data, lanço hoje, será publicado ainda hoje, daqui a pouco, no Diário da Assembleia, por volta das 15, 16 horas, já está no ar o edital, com todas as regras.

As inscrições começam no dia 6 de abril e vão até 6 de maio. As provas estão previstas para o final de junho, ou seja, eu alertei lá atrás: estude, estude, que será ainda no primeiro semestre. A expectativa é de 40 mil inscritos nesse concurso. E para conduzir esse concurso, nós escolhemos o que tínhamos de melhor no mercado para realizar esse concurso, para dar segurança a você, concursado, que está se preparando para conquistar nossas vagas. Nós escolhemos, nada mais, nada menos, que uma fundação que possui mais de 60 anos de atuação no Brasil realizando concurso público. Optamos por nada menos que a Fundação Carlos Chagas, instituição com mais de 60 anos de atuação no Brasil na realização de concursos públicos. Com renomada experiência, a fundação já atendeu mais de 550 instituições e avaliou mais de 313 milhões de candidatos em concursos realizados em todo o país.

Buscamos o que havia de melhor no mercado, realizamos uma chamada pública, fizemos uma seleção criteriosa e escolhemos a Fundação Carlos Chagas. Trata-se de uma instituição na qual tive a felicidade de passar

em um concurso público no passado, só consegui porque estudei. Portanto, meu recado a você, jovem roraimense, e faço este convite em nome dos colegas deputados e deputadas, venha fazer parte da equipe de servidores da Assembleia Legislativa, preenchendo uma das 226 vagas. Será uma honra recebê-los, e espero estar aqui ainda este ano para dar posse a vocês como servidores do Poder Legislativo. Estude, estude, estude! Você está convidado a ocupar uma dessas vagas nas mais diversas áreas.

Neste momento, quero assinar o edital junto à Mesa Diretora, ao deputado Rarison e ao deputado Cláudio. Está lançada a sorte! Estude, estude, estude. Prepare-se, prepare-se, prepare-se. Repetir três vezes é para dar sorte. O concurso público da Assembleia Legislativa está oficialmente anunciado e será publicado no site e no Diário Oficial da Assembleia por volta das 16 horas. A equipe eficiente já divulgou as regras, datas, vagas e prazos do concurso do Poder Legislativo. Agora, a oportunidade é com vocês!

O Senhor Deputado **Rarison Barbosa** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Rarison Barbosa** — Senhor presidente, gostaria de parabenizá-lo pelo concurso da Assembleia. É algo que já vinha sendo aguardado há muito tempo pelos nossos concurseiros e pela população em geral. Trata-se também de uma forma de o senhor demonstrar o compromisso com o parlamento, trazendo para cá profissionais de ponta, distribuídos em mais de 226 cargos neste edital.

Parabenizo toda a equipe técnica da Assembleia Legislativa, que se dedicou durante todo esse tempo para que o edital trouxesse o melhor e garantisse a segurança mencionada pelo senhor há pouco. Também parabenizo todos os deputados estaduais que contribuíram para esse trabalho, senhor presidente. O sonho do roraimense e do brasileiro em geral é ter segurança financeira garantida, e o concurso público é uma porta para isso. Quando conseguimos trazer essa oportunidade, ela se torna importante para o nosso estado. Fiquei feliz em ver que o edital foi dividido em duas partes, proporcionando mais celeridade e transparência.

Os cargos foram distribuídos de acordo com as necessidades atuais da Assembleia Legislativa. Portanto, presidente, parabéns mais uma vez a todos da Casa envolvidos nesse projeto. As inscrições ocorrerão de 6 de abril a 6 de maio, e as provas estão previstas para o mês de junho. Acredito que ainda este ano o senhor dará posse a todos os servidores aprovados. Não tenho dúvidas de que o senhor planejou muito bem, e que a Assembleia Legislativa só tem a ganhar com este concurso. E você, concurseiro, siga o conselho do presidente: estude, estude, estude.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Senhor presidente, que mandato e que presidência o senhor exerceu ao longo desses anos! É uma grande satisfação ser deputado com o senhor à frente desta Casa, valorizando a meritocracia. Como o senhor bem disse, trata-se de um concurso público amplo, envolvendo várias categorias e profissões, que vai trazer esperança a tantas pessoas em busca de estabilidade financeira e profissional, como bem destacou o deputado Rarison.

Nesta Mesa, temos três deputados oriundos do serviço público efetivo, além do Coronel Chagas, da deputada Ângela e de outros colegas, como a deputada Aurelina, nossa decana e primeira concursada entre nós, conhecida pelo seu pulso firme. Fico muito feliz com essa ação da Assembleia Legislativa e com o apoio de todos os nossos pares, que concordaram que este concurso seria extremamente importante para o fortalecimento da nossa Casa e para a valorização dos servidores.

Estudem, concurseiros! Eu já passei em três concursos públicos na minha vida e posso afirmar: não há nada melhor do que a estabilidade profissional, a estabilidade financeira e a garantia de ter seu emprego assegurado.

Para os jovens que estão se formando agora, saibam que há vagas tanto para nível superior quanto para nível médio. É fundamental que esta Assembleia seja composta por pessoas competentes, selecionadas pela meritocracia, esta é uma marca do seu mandato, presidente. Parabéns! Contem sempre comigo. Mais uma grande marca que o senhor deixa à frente desta Casa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Obrigado, deputado Cláudio Cirurgião, obrigado, deputado Rarison. Esta é uma conquista de todos os deputados. A necessidade do concurso público foi amplamente debatida, e tive o apoio da Mesa Diretora e dos meus colegas deputados. Sentimo-nos realizados por oportunizar este concurso, assim como por trazer novos servidores para somar junto àqueles que já estão aqui, formando um quadro de servidores de excelência, capaz de nos assessorar, auxiliar e contribuir para que desempenhem um trabalho de qualidade como representantes do povo. Este é o nosso desejo e a nossa vontade.

Muito obrigado a todos e, mais uma vez, meus agradecimentos a toda a equipe do Poder Legislativo: Soninha, Paulo Holanda, Dr. Sérgio Mateus, Eduardo, Perla; à comissão dos servidores efetivos: Vivian, Daniel,

Luciana, Renata, Dr. Walker e, em nome da Vivian, que é a mais brigona de todos, obrigado à comissão.

Passamos para a Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: 01 – **Projeto de Lei n. 19/2026**, que “aprova a prorrogação do prazo de duração das Secretarias de Estado extraordinárias que especifica”, de autoria do Poder Executivo; 02 – **Projeto de Lei n. 047/2026**, que “altera a Lei n. 1.666, de 8 de abril de 2022, que dispõe sobre a extinção da Companhia Energética de Roraima – Cerr”, de autoria do Poder Executivo; 03 – **Projeto de Lei n. 39/2026**, que “dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores públicos ativos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; 04 – **Projeto de Lei n. 41/2026**, que “dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos vencimentos e proventos dos servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da Defensoria Pública do Estado de Roraima; 05 – **Projeto de Lei n. 40/2026**, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público do Estado de Roraima; 06 – **Projeto de Lei n. 51/2026**, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos efetivos ativos e inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima”, de autoria da Assembleia Legislativa de Roraima; 07 – **Projeto de Lei n. 270/2025**, que “institui o Programa Cartão Uniforme Escolar, destinado à concessão de uniformes escolares aos alunos da rede pública de ensino do estado de Roraima”, de autoria do deputado Marcos Jorge; 08 – **Projeto de Lei n. 50/2026**, que “altera dispositivos do Decreto n. 1.836, de 04 de dezembro de 1989, recepcionado com força de lei nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, de autoria do Poder Executivo; 09 – **Projeto de Lei n. 58/2026**, que “altera a Lei n. 644, de 8 de abril de 2008, que dispõe sobre a criação da Agência de Defesa Agropecuária, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; 10 – **Requerimento n. 06/2026**, que “requer a realização de Sessão Solene no dia 10 de abril de 2026, às 15h, para entrega de título de cidadão benemérito e comenda Orgulho de Roraima”, de autoria do deputado Idazio da Perfil; 11 – **Projeto de Lei n. 56/2026**, que “altera o Anexo III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da Lei n. 1.672, de 27 de abril de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores em Educação Básica do estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; 12 – **Projeto de Lei n. 57/2026**, que “altera o art. 19 da Lei n. 1.475, de 18 de maio de 2021, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos servidores, profissionais e trabalhadores de saúde do estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; 13 – **Projeto de Lei n. 55/2026**, que “dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – Iteraima e revoga a Lei n. 1.257, de 06 de março de 2018, e suas alterações realizadas pela Lei n. 1.875, de 19 de outubro de 2023”, de autoria do Poder Executivo; 14 – **Projeto de Lei n. 59/2026**, que “dispõe sobre Revisão Geral Anual de 2026 e fixa a data-base para revisão geral anual das remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; 15 – **Projeto de Lei n. 173/2025**, que “institui a Política Estadual de Incentivo ao Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista – TEA em adultos e idosos no estado de Roraima”, de autoria da deputada Angela Âguida Portella; 16 – **Projeto de Decreto Legislativo n. 012/2026**, que “concede a comenda História Viva de Roraima às pessoas que indica”, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 19/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 19/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Temos o parecer da comissão pela aprovação da matéria de iniciativa do Executivo. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 019/26 de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 047/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a

ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 047/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 047/26, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 039/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 039/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 039/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 041/2026, de autoria da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto do Projeto de Lei n. 041/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 041/26, de autoria Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 040/2026, de autoria do Ministério Público do Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 040/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 040/26, de autoria do Ministério Público do Estado de Roraima.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 51/2026, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto do Projeto de Lei n. 051/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Orientação de voto. Presidente, o Republicanos parabeniza a gestão de Vossa Excelência e orienta voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 051/26, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, solicito de Vossa Excelência, inclusão em pauta do Projeto de Lei n. 270/2025 que está apto a ser votado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Acato o Requerimento do deputado Marcos Jorge e incluo na Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 270/2025.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 270/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 270/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Para discutir, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, nobres deputados e deputadas, o presente Projeto de Lei é uma demanda da Federação das Indústrias do Estado de Roraima, Fier. Estivemos reunidos com a presidente Izabel Itikawa, com o sindicato do setor têxtil em Roraima, que está extremamente preocupado com a redução abrupta que houve na venda de uniformes escolares em Roraima. É louvável e quero aqui parabenizar a gestão do governador Antonio Denarium, que está entregando uniformes para toda a rede pública estadual de ensino, garantindo às famílias de baixa renda o acesso ao uniforme escolar.

Entretanto, por meio deste programa, já utilizado em diversos estados da nossa federação, o estado poderá continuar realizando licitações ou credenciamentos das nossas indústrias locais, que geram emprego e renda. Por meio desse credenciamento, licitação, o estado poderá adquirir diretamente daqueles que confeccionam os uniformes, e as famílias continuarão tendo acesso a esses itens nas medidas de cada aluno, como sempre foi feito, incentivando a economia local e a manutenção de empregos e renda em nosso estado. Portanto, gostaria de pedir aos colegas parlamentares que votem favoravelmente à nossa proposta.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Quero parabenizar o deputado Marcos Jorge pela iniciativa. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 270/2025, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Senhoras e senhores, conforme conversamos, precisamos suspender a sessão para reunir a Comissão Especial, para deliberar o Projeto de Lei n. 059/2026, que trata da revisão salarial dos servidores do Poder Executivo, conforme reunião realizada ontem à tarde com o governo, houve uma alteração, o governo retirou e enviou uma nova proposta. Portanto, precisa ser deliberado na comissão. Como também, incluo na Ordem do Dia: Projeto de Lei n. 058/2026; Projeto de Lei n. 055/2026; o Projeto de Lei n. 056/2026; e Projeto de Lei n. 057/2026.

Então, essas matérias constam na Ordem do Dia. Amanhã é feriado, nós temos urgência em deliberar essas matérias, muitas delas têm vedação eleitoral e têm que ser discutidas, votadas e sancionadas até 4 de abril. Então, precisamos de urgência nessas matérias ora anunciadas.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** — Questão de ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Concedida, senhora deputada.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** — Senhor presidente, posso pedir inversão de pauta? E avançarmos no item 12?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — No retorno, incluo o item 12, acato o requerimento de Vossa Excelência.

Suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 50/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 50/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 050/2026, de autoria do Poder Executivo.

Convido o deputado Jorge Everton a tomar assento à Mesa para conduzir os trabalhos, enquanto eu faço uma reunião.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Estamos fazendo a inclusão de 4 projetos na Ordem do Dia e, dando sequência, vamos votar o Projeto de Lei n. 58/2026.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. 058/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 58/2026).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura da ementa, do parecer e do voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** — Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** — Senhor presidente, se for possível, gostaria de pedir inversão de pauta do Requerimento n. 06/2026, pois temos que entregar algumas comendas no dia 10. Eu gostaria de aprová-lo hoje.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Eu acato. Pergunto se algum colega tem alguma coisa contra? Vamos fazer de forma simbólica o item 22, deputado Idazio. Assim que eu concluir essa votação, faremos a votação do seu requerimento e depois damos continuidade.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 058/2026, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 06/2026, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lido o Requerimento n. 06/2026).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 06/2026, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e do voto ao Projeto de Lei n. Projeto de Lei n. 56/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 56/2026).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — Presidente, quero convidar o nosso vereador Tiago Reis para participar da sessão.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Convido o nosso vereador Tiago Reis, grande representante da saúde na Câmara. Seja bem-vindo, meu amigo. Todos vocês são muito bem-vindos. Parabéns pelas lutas que vocês travam, nos orgulham muito.

Solicito que os senhores deputados procedam à votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 056/2026, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 57/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 57/2026).

O Senhor Presidente **Jorge Everton** — Feita a leitura da ementa, do parecer e o voto. O parecer da Comissão é pela aprovação da matéria. Coloco a matéria em discussão. Para discutir, o deputado Dr. Claudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Esse projeto é uma luta, desde a construção do PCCR da Saúde. Nós temos aqui alguns representantes sindicais da saúde, a Marcele, levanta o braço, mulher. A Marcele, o Rubenique, o Tiago também, que é do Crefito. Nós tínhamos servidores, que eram da lei antiga, da 392, que progrediam de uma forma mais difícil em relação aos novos servidores. Eles eram regidos pela Lei n. 1475, que é essa lei que nós estamos alterando. O que é aquele? Servidores mais antigos, eles precisavam ter uma nota de corte de 8. E os servidores mais novos, regidos pela lei mais nova, precisavam ter uma nota de corte de 7.

Este projeto é fruto de uma luta que vem desde a construção do PCCR da Saúde. Temos aqui alguns representantes sindicais da área: a Marcele, levante o braço, o Rubenique, o Tiago, que é do Crefito. Havia servidores regidos pela lei antiga, a Lei n. 392, que progrediam com mais

dificuldade em relação aos servidores mais novos, regidos pela Lei n. 1.475 que é justamente a lei que estamos alterando. O que acontecia? Os servidores mais antigos precisavam atingir uma nota de corte de 8, enquanto os servidores mais novos, regidos pela legislação mais recente, precisavam alcançar uma nota de corte de 7.

Ou seja, sempre levei essa questão às discussões e dizia: quem é mais antigo tinha mais dificuldade de progredir do que quem é mais novo. Portanto, tratava-se de uma injustiça cometida à época da construção do PCCR, que passou despercebida, e que agora estamos corrigindo. Desde já, parabênico o governo do estado por encaminhar essa matéria de forma célere, uma demanda apresentada tanto pelos representantes sindicais dos servidores da saúde quanto pelo deputado Cláudio Cirurgião e pela nossa Comissão de Saúde. Peça, assim, a aprovação pelos nobres pares.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Orientação de voto, senhor presidente. O Republicanos parabeniza toda a defesa do deputado Claudio Cirurgião, em favor dos nossos guerreiros, valentes, servidores da saúde de Roraima. Desta forma, eu oriento o voto “sim.”

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 057/2026, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 55/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 55/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e voto. O parecer da Comissão Especial foi favorável à aprovação. Coloco a matéria em discussão.

Quero parabenizar o governo do estado, na pessoa do governador Edilson Damiano, bem como toda a sua equipe, em especial os diretores do Iteraima, o ex-deputado Ionilson, o Francisco e a comissão de servidores que se empenharam ao longo de todo o ano passado e no início deste ano. Eles conseguiram demonstrar ao Executivo a importância dessa alteração no Plano de Cargos e Salários dos servidores do Iteraima, no sentido de valorizar os servidores efetivos que ali atuam e que sustentam aquele instituto.

Trata-se de uma medida de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado de Roraima, assim como da oportunidade de realização de um novo concurso público, para que possamos tornar o Iteraima mais eficiente, eficaz e célere na tramitação e na valorização fundiária das nossas terras. É importante que o Iteraima disponha de condições adequadas de gestão, e não há gestão eficiente sem servidores motivados e valorizados. Portanto, este é um gesto muito significativo do governo do estado e desta Casa no fortalecimento do nosso Instituto de Terras em Roraima, reconhecendo e valorizando a importância dos servidores que o compõem. Parabéns ao Iteraima e aos seus servidores. Trata-se de uma medida mais do que justa e merecida, ainda que tardia, chegou em boa hora.

Para discutir a matéria, o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, de forma muito breve, quero me somar a Vossa Excelência nos cumprimentos ao governo do estado, ao governador Edilson Damiano pela sensibilidade. Quero cumprimentar também, o presidente Ionilson, o diretor Francisco, com quem trabalhei na Seplan na época do Zoneamento Ecológico-Econômico e parabenizar os servidores pela conquista que há muito a gente vem cobrando. Esta Casa vem cobrando todos os parlamentares, Vossa Excelência, a deputada Aurelina, todos nós. O Ionilson sabe o quanto a gente tem trabalhado para que este dia chegasse e pudéssemos votar o PCCR dos servidores. Portanto, reforço aqui meus parabéns ao governador Edilson Damiano pelo compromisso assumido e honrado no dia de hoje.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Para discutir a matéria, o deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** — Presidente, da mesma forma, quero me juntar aos meus pares neste elogio a esta Casa e ao governador Edilson Damiano pela construção deste PCCR. Desde o ano passado, presidente, este era o anseio dos técnicos e dos profissionais do Iteraima, em nome do nosso querido presidente, Ionilson Sampaio, pelo seu esforço. Parabênico também todos aqueles que se empenharam para que este momento se concretizasse. Hoje será um dia de vitória para esta Casa e para os profissionais do Iteraima. Obrigado, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os

deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 055/2025, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 59/2026, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dr. Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 59/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e o voto. Na matéria consta que a emenda foi aprovada na comissão. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o deputado Rarison Barbosa.

O Senhor Deputado **Rarison Barbosa** — Presidente, eu quero inicialmente agradecer ao governador Edilson Damião pela sensibilidade de receber ontem, todos os sindicatos no Palácio do Governo para discutir a proposta anteriormente enviada para esta Casa. A discussão foi bem acalorada, foram mais de três horas de conversa, mas eu acredito muito que nós saímos com uma vitória. O que era antes 5,04%, hoje, no novo Projeto de Lei n. 59, lido aqui é 6,5%. Sendo que o restante do percentual, ficou diluído em parcelas para os anos subsequentes, pagos junto com o IPCA do ano que se inicia. Então, foi uma vitória dos servidores públicos.

Eu quero também, senhor presidente, agradecer ao governador Edilson por atender uma indicação minha sobre a questão da data-base, que anteriormente era em maio e hoje vai para 1º de março. Então, isso também é um outro ganho para os nossos servidores públicos.

Então, ficou garantido, como prometido, ontem no Palácio, nós fizemos a emenda aditiva, colocando o direito dos nossos servidores para os próximos anos a serem cumpridos pelo Poder Executivo. Então, eu quero agradecer a oportunidade de fazer parte desta vitória e dizer que nós, como Parlamento, continuaremos aqui trabalhando muito para valorizar os nossos servidores que levam este estado realmente para frente. Obrigado, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Para discutir, o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Senhor presidente, eu quero parabenizar o governador Edilson Damião pela proposta encaminhada a partir da reunião em que nossa Assembleia, através de Vossa Excelência, o deputado Rarison e outros participaram junto com os sindicatos. Embora muitas vezes se pense que o percentual de imediato não seja aquilo que muitos gostariam, mas o governo precisa atuar com responsabilidade fiscal. Nós sabemos que nós estamos em um cenário de frustração de arrecadação para quem quiser observar os dados econômicos e a receita arrecadada pelo estado, tanto a título de FPE como a título de ICMS.

Principalmente em um cenário de guerra, com a disparada dos preços do petróleo e da gasolina e, considerando que, no modelo atual de arrecadação, não se cobra mais um percentual sobre o valor do combustível, mas sim um valor fixo por litro, quando o preço do combustível aumenta, o consumo diminui e, conseqüentemente, reduz-se também uma das principais fontes de arrecadação do governo do estado. Trata-se, portanto, de uma proposta coerente e responsável, sem deixar de lado o compromisso de realizar a reposição ao longo dos próximos anos. Portanto, quero parabenizar o governo do estado, a equipe econômica e esta Casa Legislativa.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Para discutir, o deputado Dr. Claudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** — Uma reunião longa ontem, com a presença da Assembleia Legislativa, representando todos os deputados. O nosso governador Edilson se mostrou muito flexível na mesa de negociação. Os sindicatos presentes, inclusive concordaram com isso, em sua maioria. Nós sabemos que os 16% são merecidos pelos servidores e nós queríamos, inclusive, até o próprio governador deixou isso relatado na mesa, que conceder esses 16% agora. Mas, infelizmente, por conta de toda a planilha orçamentária que foi amplamente debatida, ele fez a contraproposta de colocar os 6% esse ano e dividir o restante dos 16% em quatro parcelas, com o compromisso desta Assembleia, deputado Marcos Jorge, que, independentemente do resultado das eleições, vai ter o compromisso de honrar com esses servidores para os próximos quatro anos. Então, acredito que foi um diálogo muito produtivo ontem. Os sindicatos fizeram o seu papel, compreenderam, em sua maioria, a ação e a disponibilidade do governador Edilson e desta Assembleia Legislativa e acredito que, ao longo de quatro anos, com a recomposição de juros desses 16%, possam incrementar ainda mais essa conquista. É a minha palavra.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Eu quero me somar à fala do Rarison, do deputado Marcos Jorge, do deputado Cláudio, assim como também à disposição dos demais deputados, em reconhecer e aprovar esta matéria pela sua relevância, que é a valorização dos nossos servidores públicos do Poder Executivo, que acumulam uma perda salarial nos últimos 5 anos de 16%. Até então, havia uma negociação na mesa. O governador que saiu colocou 5,04%. Houve uma discussão em torno da Assembleia, recebemos aqui uma comissão formada pelos servidores do Poder Executivo, vários sindicatos e associações. Muitos pediram a oportunidade desta Casa abrir o diálogo com o chefe do Poder Executivo, governador Edilson Damião, e assim fizemos.

Realizamos essa reunião, aliás, várias reuniões foram feitas nas últimas 48 horas no sentido de avançar na conquista do reconhecimento do direito dos servidores públicos à recomposição salarial, corroída pela inflação. Sabemos o quanto a inflação é perversa, e, em Roraima, o custo de vida se torna ainda mais elevado, impactando diretamente o dia a dia do servidor público, que vê seu salário ser corroído pelo processo inflacionário no estado e em todo o Brasil. De fato, trata-se de algo real: isso retira alimento da mesa do servidor, afeta sua qualidade de vida, compromete sua saúde e gera desmotivação. Por isso, é justo que o servidor seja reconhecido. As entidades que o representam como o Sinter, o Sindpol, a APBM e outros movimentos se organizaram, formaram uma frente e, inclusive, iniciaram uma paralisação desde ontem, buscando retomar o diálogo com o governador Edilson Damião.

Quero parabenizar o governador Edilson pela forma como iniciou seu governo, dialogando com os servidores. Ele abriu uma mesa de negociação, apresentou os dados econômicos do estado de Roraima que, de fato, são preocupantes, Marcos Jorge, evidenciando a frustração de receitas, tanto próprias quanto provenientes de transferências federais. Em outras palavras, abriu as contas e demonstrou que o cenário não é favorável. Ainda assim, mostrou disposição, vontade e sensibilidade ao abrir um precedente, mesmo diante da posição de sua equipe econômica, ampliando o percentual para 6,5%. Trata-se de um ganho real a partir de abril, antecipado para março por indicação do deputado Rarison e minha, além da definição da data-base para os próximos anos. Também se comprometeu a trabalhar em conjunto com a Assembleia, orientando o relator e os deputados a apresentarem uma emenda reconhecendo a defasagem salarial acumulada. Como servidor público de carreira, afirmou ter interesse na valorização dos servidores, destacando, contudo, que, neste momento, é possível conceder os 6,5%, assumindo o compromisso de, nos anos seguintes, avançar no reconhecimento e na recomposição das perdas acumuladas.

E a ideia é essa, muito clara, concede o IPCA do ano anterior no próximo ano vigente, somando a essa perda de 2,4% de perdas acumuladas nos últimos cinco anos. Então, ano que vem nós teremos os 2,4% mais o IPCA do ano adicionado na correção salarial. Então é um ganho aos servidores públicos, merecem muito mais. O justo seria 16% de uma vez só, mas não foi possível, mas avançamos, e assim se constroem as negociações, é assim que se avança. Parabéns, Edilson Damião, governador de Roraima, parabéns aos sindicatos pela mobilização que fizeram e parabéns a todos os servidores do estado de Roraima por mais um ganho. Sucesso a todos nós.

Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** — Orientação de voto, senhor presidente. O Republicanos orienta voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 059/2025, com as emendas, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 173/2025, de autoria da deputada Angela Ágüida Portella.

O Senhor Primeiro Secretário **Claudio Cirurgião** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 173/2025).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e o voto. O parecer das comissões foi pela aprovação da matéria, tem parecer da Procuradoria pela constitucionalidade da matéria. A matéria está apta para ser votada. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir a autora da proposição, deputada Angela Ágüida Portella.

A Senhora Deputada **Angela Ágüida Portella** — Muitos adultos, quando veem seus filhos sendo diagnosticados com autismo,

por algum motivo passam a se enxergar naquele diagnóstico e, muitas vezes, buscam compreender atitudes e comportamentos que tiveram na infância e na adolescência. Diante de dificuldades que carregam por toda a vida, acabam tentando obter um diagnóstico o que, no entanto, pode ser bastante difícil. O objetivo deste PL é exatamente promover o diagnóstico em adultos e idosos, bem como garantir o tratamento e o acompanhamento contínuo e adequado, além da inclusão social desse público. Peço aos nobres pares que votem favoravelmente a esta matéria. Muito obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 173/2025, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, do parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 012/2026, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcinho Belota** — (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 012/2026).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Feita a leitura da ementa, do parecer e voto, coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 012/2026, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Senhores deputados, temos mais algumas matérias na Ordem do Dia que gostaria de transferir para a sessão seguinte, se não houver nenhuma objeção. Todos concordam? Então, eu transfiro o restante das matérias que constam na Ordem do Dia, pelo avanço do horário, para a sessão seguinte. Também comunico aos deputados interessados, em especial aos policiais e bombeiros militares, que o Projeto de Lei Complementar n. 03/2026, de autoria do Poder Executivo, que reorganiza a Polícia Militar, foi retirado da Ordem do Dia por parte do Executivo.

Nós montamos uma Comissão Especial, e o deputado Chagas era o relator da matéria, e está pronto para relatá-la. No entanto, o governo identificou uma falha técnica e retirou a matéria. Tanto eu quanto os deputados Lucas e Chagas nos reunimos ontem com o governador, tentando ajustar a matéria a tempo de sua aprovação. Infelizmente, o comando da Polícia Militar não conseguiu emitir a nota técnica necessária para que a Procuradoria do Estado ou a Casa Civil pudessem encaminhar o projeto a tempo para votação hoje. Registro, portanto, que a matéria foi retirada da Ordem do Dia em virtude da constatação de erros técnicos pela Casa Civil, conforme recomendação da Procuradoria, e da impossibilidade do comando da Polícia Militar de corrigi-los a tempo.

Quero parabenizar o deputado Chagas pelo compromisso com a matéria, assim como o deputado Lucas e eu, que também nos empenhamos para viabilizar a votação hoje. Apesar de não ter sido possível, ficamos no aguardo de receber a matéria o quanto antes, para que possamos deliberar ainda neste mês de abril sobre o projeto, que visa valorizar os nossos soldados da Polícia Militar na ascensão funcional. Esclarecido sobre o Projeto de Lei n. 03/2026. Não há mais Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** — Só para poder reforçar a sua fala, a urgência da aprovação desse projeto de lei complementar devido à promoção dos nossos soldados para cabos que poderiam ocorrer ainda no mês de abril. Então, assim que chegar a esta Casa de Leis, possamos aprovar essa matéria com urgência.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** — Isso mesmo, deputado Lucas Souza. Tanto eu, quanto o Chagas e Vossa Excelência temos interesse nessa matéria, que é justa.

Senhores deputados, antes de passarmos para Explicações Pessoais, quero comunicar o Ato da Presidência n. 030/2026, que suspende as sessões ordinárias nos próximos dias 7, 8 e 9 de abril, em virtude do Parlamento da Amazônia que será em Manaus. Então, o Parlamento será realizado nos dias 8 e 9. Os deputados já se direcionam para o Parlamento no dia 7. Então, não haverá sessão ordinária para deliberar a Ordem do Dia. Então, não haverá sessão. Todos estejam comunicados. Caso haja alguma matéria de urgência, faremos uma extraordinária na segunda-feira, antes da viagem dos colegas deputados ao estado do Amazonas. Quero dar publicidade a este ato.

Passamos para o expediente de Explicações Pessoais. Não havendo quem queira fazer uso de Explicações Pessoais, e, não havendo mais nada a tratar, às treze horas e cinquenta e seis minutos, dou por encerrada a sessão, e convoco outra para o dia quatorze de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, as senhoras e os senhores deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Joilma Teodora, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rarison Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

## EDITAIS

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI CRIADA NOS TERMOS DO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

Convoco os Senhores Parlamentares, que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputados: Armando Neto, Vice-Presidente; Renato Silva, Relator; e Chico Mozart; Marcinho Belota; Neto Loureiro; e Soldado Sampaio, Membros, para reunião que realizar-se-á, sexta-feira, dia **17 de abril de 2026, às 11:30 h**, na sala de reuniões da Presidência, desta Casa Legislativa. A presente convocação tem como finalidade apreciação e votação do relatório final desta CPI.

Sala de Sessões, 17 de abril de 2026

**Deputado Estadual Jorge Everton - União Brasil**  
**Presidente da CPI, Ato da Presidência nº 003/2025**

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**RESOLUÇÃO Nº 6048/2026-SGP**  
**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições,

### RESOLVE:

**Art. 1º Exonerar RAFAELA D' AVILA HOLANDA, matrícula: 35941, CPF: \*\*\*108.672.-\*\*** do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-13 Auxiliar de Gabinete, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 31 de março de 2026.

Boa Vista, 17 de abril de 2026.

**CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA**  
**Superintendente de Gestão de Pessoas**  
**Matrícula: 29362**

**RESOLUÇÃO Nº 6049/2026-SGP**  
**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

### RESOLVE,

**Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a) JANETE MARIA DE CARVALHO DE ARAUJO, matrícula: 17343**, no período de 22/04/2026 a 06/05/2026, referente ao exercício de 2026.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de abril de 2026.

**CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA**  
**Superintendente de Gestão de Pessoas**  
**Matrícula: 29362**

**RESOLUÇÃO Nº 6050/2026-SGP**  
**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

### RESOLVE:

**Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) ALANNA SILVA ALVES, matrícula: 34392, programadas para 22/04/2026 a 01/05/2026**, referente ao exercício de 2025/2026, por necessidade da administração.

**Art. 2º** As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de abril de 2026.

**CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA**  
**Superintendente de Gestão de Pessoas**  
**Matrícula: 29362**

**RESOLUÇÃO Nº 6051/2026-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE,**

**Art. 1º Conceder** férias ao(a) servidor(a) ROSA MARIA DE FREITAS LEPLETIER, matrícula nº 34300, para usufruto no período de 22/04/2026 a 01/05/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 abril de 2026.

**CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS****ERRATA DO EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO**

**DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 09/2024**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RORAIMA por intermédio do Superintendente de Compras, regularmente designado pela Resolução Nº 2143/2024- SGP, de 10 de abril de 2024, torna público a **RETIFICAÇÃO** do EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO do Pregão supracitado, oriundo do **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 97/2024**, publicado no Diário da ALE/RR, em 16 de abril de 2026, Edição Nº 4630, página 11, conforme segue:

**OBJETO:** Eventual contratação de empresa para fornecimento de bens de consumo e gêneros alimentícios, para atender as demandas da sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - ALE-RR e demais unidades Administrativas, tanto na capital quanto no interior

**ONDE LÊ-SE:**

**DATA DA ASSINATURA:** 22/4/2025

**VIGÊNCIA:** de 22/4/2026 até 22/4/2027

**LEIA-SE:**

**DATA DA ASSINATURA:** 28/4/2025

**VIGÊNCIA:** de 28/4/2026 até 28/4/2027

Boa Vista, 17 de abril de 2026.

**Charles de Oliveira Parente**  
Superintendente de Compras  
Mat. 18.771

(Resolução Nº. 2143/2024-SGP)

